MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Resumo de Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada em 17.09.2020. Aos dezessete dias do mês de setembro de 2020, às 9 horas, em sessão por videoconferência do Conselho Superior do Ministério Público, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Doutor Eduardo Barreto d'Avila Fontes presentes os Procuradores de Justiça Conselheiros, Doutor Josenias França do Nascimento, Doutor Celso Luis Dória Leó, em substituição a Conselheira titular Doutora Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça, que se encontra em gozo de férias, e Doutor Luiz Valter Ribeiro Rosário, e ausente justificadamente a Conselheira Doutora Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg, que se encontra em gozo de férias, reuniram-se, em Reunião Extraordinária, o Conselho Superior do Ministério Público, convocado na forma da Lei, do seu Regimento Interno e demais normatizações aplicáveis à espécie, para apreciação das matérias constantes da pauta publicada no Diário da Justiça e encaminhada a todos os Membros do Ministério Público, a saber. Havendo número legal, o Senhor Presidente do Conselho Superior declarou aberta a reunião. 2.1 APRECIÇÃO do pedido de REMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, da vaga alusiva ao cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Riachuelo, de Entrância Inicial, objeto do Edital 27/2020, firmado pelos Promotores de Justiça: Aldeleine Melhor Barbosa (12), Waltenberg Lima de Sá (20), Caroline Leão Nogueira dos Santos (21), Amilton Neves Brito Filho (22), Flávia Franco do Prado Carvalho (23) e Márcia Jaqueline Oliveira Santana (24)*. Conselheiro Relator Doutor Celso Luis Dória Leó, em substituição a Conselheira Titular, Doutora Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça. *Número de Ordem na Lista de Antiguidade. O Presidente do Conselho Superior, Doutor Eduardo Barreto d'Avila Fontes, solicitou ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor Celso Luis Dória Leó, que procedesse à leitura do relatório, tendo este feito as seguintes observações: Trata-se de processo de REMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, para a Promotoria de Justiça de Riachuelo, de entrância inicial, regido pelo Edital nº 27/2020, cuja abertura das inscrições foi devidamente publicada no Diário Oficial Eletrônico do MPSE - DOFe nº 1122, 25 de agosto de 2020. Inscreveram-se os seguintes Promotores de Justiça: Aldeleine Melhor Barbosa, Waltenberg Lima de Sá, Caroline Leão Nogueira dos Santos, Amilton Neves Brito Filho, Flávia Franco do Prado Carvalho e Márcia Jaqueline Oliveira Santana. Os candidatos instruíram seus pleitos com cópias de peças processuais e outros documentos concernentes às atividades judiciais e extrajudiciais desenvolvidas nas Promotorias de Justiça em que atuaram, atendendo às disposições dos artigos 6º e 7º da Resolução nº 004/2011 e do art. 3º da Resolução nº 005/2011 - CSMP (documentos visualizados pelo Sistema de Remoção e Promoção - SERP). Em atenção ao disposto nos incisos I e II do artigo 68, da Lei Complementar nº 02/90, declararam, expressamente, estar com os serviços em dia, e não ter dado causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito (documentos disponíveis no Sistema de Remoção e Promoção - SERP). Não houve registro de impugnação ou reclamação à lista de inscritos, conforme certidão da Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público. A Secretaria do CSMP apresentou planilha de Controle de Consecutividade e Alternância em listas pretéritas de processos de remoção, da qual se extrai que o candidato Waltenberg Lima de Sá figurou 1 (uma) vez em lista de merecimento, após ter sido removido para a 1ª Promotoria de Justiça de Neópolis. Também foi anexada pela Secretaria do CSMP a lista de remanescentes do Edital nº 23/2020, referente à remoção, por merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores, não havendo remanescente. A Escola Superior do Ministério Público forneceu planilha do banco de horas referente à participação, frequência e aproveitamento dos candidatos nos cursos oficiais

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

organizados no âmbito desse órgão ministerial, de 15/03/2019 a 18/08/2020. Por seu turno, a Corregedoria-Geral do Ministério Público de Sergipe, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução nº 004/2011 - CSMP, prestou as informações necessárias à aferição do merecimento dos candidatos. Em síntese, o relatório. **DA REGULARIDADE PROCEDIMENTAL** No aspecto formal, o procedimento de remoção ora analisado obedeceu às exigências e ao rito procedimental propostos pelas leis de regência, em especial a Resolução nº 004/2011 do CSMP, de 18 de outubro de 2011, que sistematiza, no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, o processo administrativo de formação de lista tríplice para promoção e remoção pelo critério de merecimento, de forma a garantir a observância de critérios objetivos. **DA LISTA ANTERIOR DE REMANESCENTES** Por literal disposição do § 2º, do art. 5º, da Resolução nº 005/2011 - CSMP: "Art. 5º - (...) §1º (...) § 2º - A lista de merecimento resultará dos três nomes mais votados, desde que obtida a maioria de votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas forem necessárias, examinando-se, em primeiro lugar os nomes remanescentes de lista anterior" (Destaquei) Registra-se que, conforme as informações prestadas pela Secretaria do Conselho Superior, no último processo de REMOÇÃO, pelo critério de merecimento, nenhum dos candidatos do presente edital figuraram na lista de remanescentes. **DO CONTROLE DE CONSECUTIVIDADE E ALTERNÂNCIA** Preceitua o § 7º do artigo 18º da Resolução nº 004/2011 do CSMP, alterado pela Resolução nº 003/2013, que "será obrigatoriamente promovido ou removido o Membro do Ministério Público que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em listas de merecimento, ainda que não integre o quinto de antiguidade mais elevado da lista de merecimento", cujo controle, consoante disposição contida no § 8º do mesmo artigo, será aferido em listas diversas de promoção e remoção. Consta que apenas o candidato Waltenberg Lima de Sá figurou 1 (uma) vez em lista de merecimento, após a última remoção, razão pela qual nenhum dos candidatos faz jus à remoção obrigatória. **DAS INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DO RELATÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL** A Corregedoria-Geral apresentou Relatório da Fase Instrutória Complementar relativo à candidata Aldeleine Melhor Barbosa, única dentre os requerentes que integra o quinto mais antigo da Lista de Antiguidade da Entrância Inicial, em que atesta que a mesma se encontra com os serviços atualizados e que restam cumpridas as obrigações relativas à prestação de informações à Corregedoria, não havendo procedimento disciplinar julgado ou em curso nesta instituição, no último ano anterior à elaboração da lista de candidatos. **DA HABILITAÇÃO** Dispõe o art. 68, nos incisos, I, II, III, IV, V, VI, da Lei Complementar nº 02/90, acerca dos requisitos para que os Promotores de Justiça possam figurar como candidatos à promoção ou remoção: Art. 68. Somente poderão ser indicados os candidatos que: I - estejam com serviços em dia e assim o declararem, expressamente, no requerimento de inscrição; II - não tenham dado causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 6 (seis) meses antes do pedido e assim o declarem, expressamente, no requerimento do pedido de inscrição; III - não tenham sofrido pena disciplinar, no período de 1 (um) ano, anterior à elaboração da lista; IV - não tenha sido removido (sic) por permuta, no período de 2 (dois) anos, anteriores à elaboração da lista; V - estejam classificados na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se nenhum candidato o tiver e o interesse do serviço exigir o imediato provimento do cargo; VI - tenham completado 2 (dois) anos de exercício na entrância anterior, salvo se nenhum candidato o tiver e o interesse do serviço exigir o imediato preenchimento. Nesse contexto, verifica-se que no edital em exame, entre os candidatos à presente REMOÇÃO por MERECIMENTO, poderá ser indicada, em tese, apenas a candidata Aldeleine Melhor Barbosa por preencher todos os requisitos objetivos,

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

previstos no art. 68, incisos III, IV, VI da Lei Complementar nº 02/90 e figurar na segunda quinta parte da lista de antiguidade, encontrando-se a mesma HABILITADA a concorrer à REMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, para a Promotoria de Justiça de Riachuelo - Edital nº 27/2020. DA INABILITAÇÃO Temos, então, que os candidatos Waltenberg Lima de Sá, Caroline Leão Nogueira dos Santos, Amilton Neves Brito Filho, Flávia Franco do Prado Carvalho e Márcia Jaqueline Oliveira Santana encontram-se INABILITADOS, por figurarem em quinto menos antigo. CONCLUSÃO Por todo o exposto, com fulcro no art. 68, incisos I a VI da Lei Complementar nº 02/90 c/c art. 51, incisos I a VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e, ainda, em obediência ao disposto no art. 15 da Resolução nº 04/2011 - CSMP, no tocante ao processo de remoção, por merecimento para a Promotoria de Justiça de Riachuelo, de entrância inicial, pelas razões expostas, manifesto-me pela HABILITAÇÃO da candidata ALDELEINE MELHOR BARBOSA. Assim, concluída a exposição do relatório pelo Conselheiro Relator, o Conselho Superior aprovou, por unanimidade, a correlata manifestação. Ato contínuo, o Corregedor Geral, em substituição, Doutor Josenias França do Nascimento, fez a leitura do Relatório da Corregedoria. Em seguida, iniciou-se a votação pela análise do candidato habilitado e que integra o quinto mais elevado da lista de antiguidade, conforme se infere das normas inscritas no artigo 18, caput, da Resolução nº 04/2011 do CSMP, consoante justificativas de votos a seguir: 1) Conselheiro "Josenias França do Nascimento": A análise do requerimento da candidata pleiteante a remoção pelo critério de merecimento para a Promotoria de Justiça de Riachuelo, de Entrância Inicial, associada aos termos do Relatório de lavra do eminente Conselheiro Relator do Processo, Procurador de Justiça Celso Luiz Dória Leó, pertinente a remoção objeto do Edital nº 27/2020, que concluiu na fase de habilitação por pronunciar-se por sua habilitação, revela que a mesma: a) está com os serviços em dia; b) não deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de seis meses antes do pedido; c) não sofreu nenhuma penalidade disciplinar, no período de um ano, anterior à elaboração da lista; d) não foi removida por permuta, no período de dois anos, anteriores a elaboração da lista; e) está classificada na terceira quinta parte da lista de antiguidade; f) já tem completado dois anos no exercício na entrância, logo, poderá ser indicada a formação da lista com vista a Remoção por merecimento, tendo em vista preencher os requisitos legais previstos em o art. 68, incisos I a VI da Lei Complementar nº 02/90. Anote-se que, seis candidatos manifestaram interesse em requerer a remoção por merecimento para a indigitada Promotoria de Justiça, mantendo-se apenas uma candidata integrante do 2º quinto, apta a concorrer à vaga. Como é sabido, a previsão legal para a forma de ascensão por merecimento, está posta nos dispositivos legais em vigor, tanto a nível constitucional como infraconstitucional, como é o caso do artigo 61 da Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que em seu inciso IV, dispõe que a "promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação da lista tríplice" (grifo nosso). De forma assemelhada é o caso do art. 66, § 4º de nossa Lei de Regência que assim dispõe: "a promoção e a remoção por merecimento pressupõe 02 (dois) anos de exercício na respectiva entrância, e integrar, o Membro do Ministério Público, a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago" (grifo nosso). Foi o que ocorreu com o procedimento de Remoção objeto do Edital nº 27/2020-CSMP, porque uma candidata concorrente pode ser indicada a concorrer a vaga, em virtude de ser classificada na segunda quinta parte da lista de antiguidade, estando a candidata concorrente

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

apta a formação da lista por estar classificada no 2º quinto na lista de antiguidade. Na fase da instrução complementar do processo, a Corregedoria-Geral informou que a candidata concorrente não apresentava pendências nos Sistemas: SCPV do Tribunal de Justiça, PROEJ e ARQUIMEDES. O Conselheiro que a esta justificativa de voto subscreve, levou em consideração para a aferição do merecimento da candidata acima indigitada os requisitos objetivos elencados no § 5º do art. 66 da Lei de Regência, e nos artigos 1º, 2º, e incisos da Resolução nº 05/2011-CSMP, quais sejam: a) o seu desempenho; b) a produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial; c) a frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamentos. Além destes requisitos, considerou-se ainda, os seguintes critérios: a) dedicação e proatividade no exercício do cargo, avaliados pelo trabalho desenvolvido com destaque para as medidas inovadoras na resolução dos problemas, levando-se em conta o uso eficiente dos recursos administrativos a seu dispor; b) publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses e artigos de relevância institucional; c) obtenção de prêmios de relevância social ou institucional; d) apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios; e) o número de vezes que já tenha participado de listas de escolha. Registre-se que, foi levado ainda em consideração para a aferição do merecimento da candidata: a) a repercussão, o alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades extraordinárias no exercício da função; b) Contribuições para o aperfeiçoamento dos serviços dos órgãos ministeriais; c) Contribuições para o aprimoramento da legislação, organização e administração do Ministério Público; d) Contribuições para o cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição. Estabelecidas as premissas que servirão como suporte a aferição do merecimento da candidata, passo a apreciar cada um dos critérios estabelecidos como valor de mérito, e se encontrados na sua atuação.

DESEMPENHO: O merecimento será aferido considerando-se o desempenho do candidato em toda a carreira, tendo em vista os critérios objetivos de operosidade, assiduidade, dedicação no exercício do cargo, produtividade e presteza no exercício das atribuições, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento, observados para efeito de participação nesses cursos, critérios de isonomia e razoabilidade.

OPEROSIDADE: O merecimento será aferido considerando-se a atuação diligente do candidato no exercício das atividades ministeriais. Com relação a este critério objetivo, a candidata demonstrou sua operosidade, juntando Relatório da última Correição levada a efeito pela Corregedoria Geral na Promotoria de Justiça de Carmópolis em 19 de fevereiro de 2019, da qual era titular a candidata postulante, onde restou consignado o fato de que no dia da correição constatou-se que não havia nenhum processo judicial e inquérito policial com carga ou vista à Promotoria de Justiça, a mais de 30 dias em Gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação.

ASSIDUIDADE: O merecimento será aferido considerando-se a presença atuante do candidato no seu dia a dia em suas atividades ministeriais, como fator essencial de ajuda para um bom crescimento na vida profissional. A candidata comprovou este critério objetivo com a juntada, de igual modo, do Relatório de Correição Ordinária de lavra da Corregedoria Geral, o qual testifica a assiduidade da candidata no seu local de trabalho, atendendo a população, despachando processos, realizando audiências públicas e instruindo reclamações, procedimentos preparatórios a inquéritos civis e inquéritos civis. Ainda, com relação ao critério objetivo assiduidade, deve ser salientado que, conforme demonstra a Planilha de Ocorrências Funcionais, extraída do Portal do Servidor do MPSE e juntada ao presente, a ora postulante é muito assídua ao trabalho, não registrando faltas injustificadas ao serviço e nem deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 6 (seis) meses anteriores ao presente

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

pedido DEDICAÇÃO NO EXERCÍCIO DO CARGO: Significa devoção ao labor ministerial por amor a profissão que abraçou. A comprovação deste critério resulta do atendimento a demandas de relevância social e institucional. No que concerne à esfera extrajudicial, que confere maior visibilidade à atuação do Ministério Público, a requerente tem se dedicado à defesa de interesses difusos e coletivos com significativo alcance social nos municípios integrantes da Promotoria de Justiça na qual exercia o seu cargo atualmente. Insta salientar, no mais, que a dedicação da postulante foi reconhecida por ocasião das Correições Ordinárias da Corregedoria Geral, realizada na Promotoria de Justiça de Carmópolis em 2019. Com efeito, conforme se infere do relatório elaborado após a Correição Ordinária realizada pela Corregedoria Geral do MPSE em 15/03/2019 (vide relatório anexo com o seu requerimento), a atuação da ora postulante na Promotoria de Justiça de Carmópolis foi considerada ótima. PRODUTIVIDADE: Significa volume de trabalho comprovado nos mapas estatísticos, dentro do princípio da razoabilidade, com boa fundamentação jurídica, boa redação, estética e zelo, aferíveis através da constatação de que houve pesquisa cuidadosa para conclusão do trabalho. No tocante a este critério objetivo, a candidata comprovou pelos mapas estatísticos oriundos do ARQUIMEDES uma boa produtividade no período de 02/03/2019 a 02/09/2020, observando-se o princípio da razoabilidade, uma movimentação processual tendo como registro de entrada 1195 e de saída 1190, com um resíduo de 05 processos. Os registros dizem respeito a atuação da candidata em procedimentos judiciais de natureza cível e criminal. Com relação aos procedimentos extrajudiciais, a Corregedoria Geral em seu Relatório Preliminar registra movimentos no Sistema PROEJ no período de 02/03/2019 a 02/09/2020, apenas de 332 (total de trâmites por Promotor). Neste aspecto a candidata é uma Promotora de Justiça com regularidade propositiva boa, a par da apresentação de denúncias, alegações finais, contrarrazões recursais, manifestações em processos de natureza cível e criminal, tudo realizado em prol da defesa da ordem jurídica, das vítimas e da sociedade. Registre-se que, analisadas as peças processuais pela candidata produzidas, todas revelaram boa fundamentação jurídica, com redação de qualidade, segurança e refinado conhecimento jurídico, tudo conforme relatado no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público, na fase complementar do processo de remoção, ora em apreciação. No âmbito judicial, nas áreas penal e cível, vale registrar em sua regular produção a seguinte atuação: 30 Denúncias, 03 Alegações Finais, 870 Manifestações; 01 Razões de Recurso; 01 Contrarrazões; 0 Audiências Judiciais, totalizando a movimentação no período em 1231. Registro excelente atuação na área extrajudicial, ou seja, aquela que maior visibilidade se dá a sociedade da atuação social do Ministério Público, identificando as seguintes ações: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA E UNIDADES DE SAÚDE; ACP - DESVIO DE FUNÇÃO; ACP - SUSPENSÃO DE EVENTOS FESTIVOS; AÇÃO DE IMPROBIDADE - SERVIDORES FANTASMAS. PRESTEZA: Significa cumprimento dos prazos processuais e rapidez na solução dos problemas, levando-se em consideração o volume dos procedimentos e processos, a complexidade, a urgência das questões envolvidas e as condições gerais de trabalho. Ainda segundo os Relatórios da Corregedoria-Geral do MPSE, a candidata quanto às atividades judiciais registra conduta zelosa e exemplar, com as manifestações processuais absolutamente atualizadas. No tocante às atividades extrajudiciais, disse ter detectado a diligência e o cuidado necessários à defesa dos direitos do cidadão, sendo constatada a regularidade na condução das rotinas extrajudiciais. NÚMERO DE VEZES QUE JÁ PARTICIPOU DE LISTAS DE ESCOLHA - Anote-se que a candidata requerente não figurou em lista tríplex. FREQUÊNCIA A CURSOS OFICIAIS, PUBLICAÇÕES E PRÊMIOS - Consiste na busca da qualificação profissional no decorrer da

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

carreira, por meio de titulações, cursos de aperfeiçoamento, além da projeção da instituição no meio científico e acadêmico, com a publicação de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. Quanto a este requisito objetivo, a candidata apresentou com o seu requerimento Certificados de Participação em alguns Cursos: CERTIFICADO - ENCONTRO REGIONAL CNMP; CERTIFICADO- LEIS PENAS ESPECIAIS; CERTIFICADO- PAD; CERTIFICADO - CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE. Segundo o Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público na fase complementar do processo de remoção, ora em apreciação, relatou que no tocante ao Banco de Horas (Cursos de Aperfeiçoamento) instituído pela nova redação dada ao art. 6º, inciso IV, § 2º da Resolução 05/2011, no interstício de um ano a Candidata participou de Cursos de Aperfeiçoamento, não pontuando neste requisito objetivo, por ter alcançado 16 horas no período de 15/03/2019 a 18/08/2020. OBTENÇÃO DE PRÊMIOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL OU INSTITUCIONAL: Consiste no recebimento de prêmios, devido ao reconhecimento por órgãos da sociedade organizada, da atuação profissional com relevância social ou institucional. Quanto a este requisito objetivo a candidata comprovou que recebeu menção de elogio da Corregedoria-Geral em 2016, pelo desempenho da atividade profissional por ela desenvolvida na Promotoria de Justiça de Carmópolis. APRESENTAÇÃO EM DIA DE RELATÓRIOS FUNCIONAIS: Com a instrução complementar pela Corregedoria-Geral, veio aos Autos informação de que a candidata vem comunicando regularmente o início de suas férias e respectivo retorno às atividades funcionais, assim como, vem alimentando em dia os Relatórios dos Sistemas a que está submissa. PROATIVIDADE - Significa inovação, criatividade, praticidade, superação de obstáculos para criar mudanças sociais significativas com resultados de impacto social positivo no local onde atua, com estratégias concretas para disseminação da ideia regional e nacionalmente. Quanto a este requisito objetivo, a candidata nada comprovou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS MINISTERIAIS - Consiste na participação em comissão e em grupo de estudos e/ou de trabalho de interesse da instituição, em mutirões, no exercício de cargo ou função da estrutura organizacional, em comissão de concurso público de ingresso na carreira de membros ou servidores, em comissão de processo administrativo. No tocante a materialização deste critério, a candidata nada comprovou. CONTRIBUIÇÃO PARA O APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - Quanto a este requisito, a candidata nada apresentou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO - Quanto a este requisito, a candidata nada comprovou com o seu requerimento, isto é, com relação a contribuições para o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico do MPSE. DA REPERCUSSÃO, O ALCANCE E O INTERESSE SOCIAL DA ATUAÇÃO DO CANDIDATO INSCRITO: Quanto a este aspecto, a candidata apresentou com o seu pedido, registro de ações que tiveram repercussão social relevante, que transformaram o meio social. Convém ressaltar ainda, a fim de reforçar o merecimento da candidata, que a Promotora de Justiça demonstra dedicação na área acadêmica com publicação de livros e artigos jurídicos. Eis o resultado da avaliação pessoal deste Conselheiro que foi feita sobre a atuação funcional da candidata inscrita, pelo que voto de forma favorável por sua indicação a integrar a lista para a Remoção objeto deste Edital. A escolha final da Promotora de Justiça ALDELEINE MELHOR BARBOSA para a Remoção por merecimento para a Promotoria de Justiça de Riachuelo, se faz no meu voto, levando-se em consideração que a candidata preenche os requisitos objetivos, bem como, os demais requisitos subjetivos, conforme os argumentos acima

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

especificados, os quais reitero, a fim de justificar a escolha ora efetivada. 2) Conselheiro "Celso Luis Dória Leó": Trata o presente processo de REMOÇÃO, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça de Riachuelo, de entrância inicial, regido pelo edital nº 27/2020, publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPSE - DOFe nº 1122, 25 de agosto de 2020. Inscreveram-se os seguintes Promotores de Justiça: Aldeleine Melhor Barbosa, Waltenberg Lima de Sá, Caroline Leão Nogueira dos Santos, Amilton Neves Brito Filho, Flávia Franco do Prado Carvalho e Márcia Jaqueline Oliveira Santana. Após analisar os documentos insertos nos autos e a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentei Relatório, concluindo pela HABILITAÇÃO da Promotora de Justiça Aldeleine Melhor Barbosa. É o relatório. Passo ao voto. A candidata Aldeleine Melhor Barbosa, Matrícula nº 1471, é Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Frei Paulo. Segundo o relatório de fase instrutória complementar, elaborado pela Corregedoria-Geral, ingressou na carreira do Ministério Público em 16/11/2010, como Promotora de Justiça Substituta, foi titularizada em 28/04/2015, na Promotoria de Justiça de Arauá e, após ter sido removida para a Promotoria de Justiça de Carmópolis, em 17/09/2015, logrou nova remoção para a Promotoria de Justiça de Frei Paulo em 17/07/2019, tendo sido designada para a Promotoria de Justiça de Ribeirópolis de 02 a 11/03/2020. Ocupa, hoje, a 12ª posição na lista de antiguidade, integrando o 2º (segundo) quinto mais antigo. O Relatório da Corregedoria aponta ainda que a Promotora cumpriu suas obrigações funcionais relativas às comunicações obrigatórias; não sofreu punição disciplinar no ano anterior ao requerimento de remoção; e obteve conceito "ótimo" em correição na Promotoria de Justiça Carmópolis, em 20/06/2016. Formulou tempestivamente seu requerimento de remoção, pelo critério de merecimento, declarando, para tanto, que está em dia com suas atividades funcionais, que não sofreu pena disciplinar no período de 01 (um) ano anterior à elaboração da lista ou foi removida, por permuta, no período de 02 (dois) anos anteriores à elaboração da lista, atendendo, assim, às exigências do Edital nº 27/2020, expedido em conformidade com as disposições dos artigos 67, § 3º, 68, I e II, da Lei Complementar nº 02/90, do artigo 44 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e da Resolução nº 05/2011. A atuação funcional individualizada da candidata foi aferida de acordo com as diretrizes estabelecidas no artigo 76 da Lei Complementar nº 02/90, no artigo 47 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e segundo os critérios legais objetivos elencados nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 05/2011, do CSMP. Vejamos: 1) DESEMPENHO, PRODUTIVIDADE E PRESTEZA NAS MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS E ATIVIDADES EXTRAJUDICIAIS DEVIDAMENTE COMPROVADOS; Para delimitação deste critério é preciso analisar a trajetória funcional da candidata, o que foi feito através dos relatórios funcionais e das peças judiciais e extrajudiciais apresentadas. Assim, analisando os dados apresentados pela Corregedoria, no tocante à atuação judicial, no período de 02/03/2019 a 02/09/2020, foi registrada a movimentação de entrada de 1195 processos e a saída de 1190 processos, com 05 processos residuais, tendo sido realizados 1231 movimentos pela Promotora, a exemplo de denúncias, alegações finais, razões recursais, manifestações e ciências. Já no tocante aos procedimentos extrajudiciais, no mesmo período, houve registro de 332 trâmites no sistema PROEJ, com 15 notícias de fato, 10 procedimentos preparatórios, 17 inquérito civis, um procedimento investigatório criminal e 11 procedimentos administrativos, todos em observância dos respectivos prazos. A candidata também apresentou, através do sistema eletrônico de remoção, cópias de peças processuais, para demonstração de sua boa técnica jurídica. 2) NÚMERO DE VEZES QUE JÁ INTEGROU LISTA DE ESCOLHA; Não há registro de que a candidata tenha

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

figurado em listas pretéritas. 3) FREQUÊNCIA E APROVEITAMENTO EM CURSOS OFICIAIS OU RECONHECIDOS DE APERFEIÇOAMENTO; O relatório de Banco de horas fornecido pela Escola Superior do MPSE atesta que, no tocante ao período de 15/03/2019 a 18/08/2020, a candidata consta com um total de 16 (dezesseis) horas em cursos de aperfeiçoamento. 4) APRIMORAMENTO DA CULTURA JURÍDICA PELA FREQUÊNCIA E APROVEITAMENTO EM CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ÁREA DE INTERESSE INSTITUCIONAL, QUE CONSTEM EM SUA FICHA FUNCIONAL; A candidata apresentou cópia de certificados de participação em diversos cursos e/ou eventos de aperfeiçoamento, a exemplo: a) "Curso de Controle de Convencionalidade"; b) "Programa Ministério Público Acadêmico - Minicurso Improbidade Administrativa"; c) "Ciclo de Atualização em Leis Penais Especiais I e II"; todos realizados pela Escola Superior do Ministério Público de Sergipe. 5) PUBLICAÇÃO DE LIVROS, TESES, ESTUDOS, TRABALHOS FORENSES, ARTIGOS E OBTENÇÃO DE PRÊMIOS RELACIONADOS COM A ATIVIDADE FUNCIONAL QUE CONSTEM EM SUA FICHA FUNCIONAL A candidata informou ter contribuído com capítulos para as obras "Direito Penal Acadêmico, Parte Geral", publicado por Andréa Ferreira & Morgado Editores, "Curso de Direito Penal, Parte Especial 2", publicado pela Editora JusPodivm, "Prescrição Penal - Temas Atuais e Controvertidos", publicado pela Editora Livraria do Advogado, "Leituras Complementares de Execução Penal", publicado pela Editora JusPodivm, e "O Ministério Público e o Desafio das Drogas", publicado pela Associação Sergipana do Ministério Público. Recebeu menção de elogio pelo excelente desempenho da Promotoria de Justiça Carmópolis, em 20/06/2016. 6) APRESENTAÇÃO, EM DIA, DE TODOS OS RELATÓRIOS FUNCIONAIS OBRIGATÓRIOS Segundo informação prestada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, a candidata enviou todos os relatórios obrigatórios que tenham pertinência com a sua atuação funcional. 7) CONTRIBUIÇÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS ÓRGÃOS MINISTERIAIS A candidata não mencionou em seu requerimento, nem consta do relatório de correição adunado. 8) CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO A candidata não mencionou em seu requerimento, nem consta do relatório de correição adunado. 9) CONTRIBUIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS EM PLANEJAMENTOS ESTRATÉGICOS DA INSTITUIÇÃO A candidata não mencionou em seu requerimento, nem consta do relatório de correição adunado. 10) DEDICAÇÃO E PROATIVIDADE NO EXERCÍCIO DO CARGO, AVALIADOS PELO TRABALHO DESENVOLVIDO, COM DESTAQUE PARA AS MEDIDAS INOVADORAS NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS Conforme se pode extrair dos documentos apresentados e peças encaminhadas através do sistema SERP, tal critério resta atendido. Assim, considerando os fundamentos expostos, VOTO pela remoção da Promotora de Justiça Aldeleine Melhor Barbosa, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça de Riachuelo. 3) Conselheiro "Luiz Valter Ribeiro Rosário": A candidata Aldeleine Melhor Barbosa, Matrícula nº 1471, é Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Frei Paulo. Do seu histórico funcional se extrai que ingressou na carreira do Ministério Público em 16/11/2010, ocupando, hoje, a 12ª posição no quadro de antiguidade, integrando o 2º quinto mais antigo. Formulou tempestivamente seu requerimento de remoção, pelo critério de merecimento, declarando, para tanto, que está em dia com suas atividades funcionais, que não deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiências no período de 06 (seis) meses anterior a este pleito, e que não sofreu pena disciplinar, no período de 01 (um) ano anterior à elaboração da lista, atendendo, assim, às

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

exigências do Edital nº 27/2020, expedido em conformidade com as disposições dos artigos 67, § 3º, 68, I e II, da Lei Complementar nº 02/90, do artigo 44 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e da Resolução nº 05/2011. A atuação funcional individualizada da candidata foi aferida segundo os critérios legais objetivos, estabelecidos no artigo 76 da Lei Complementar nº 02/90, e no artigo 47 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 05/2011, do CSMP: I - Desempenho, produtividade e presteza nas manifestações processuais e atividades extrajudiciais devidamente comprovados. A candidata possui larga experiência e longo histórico de bons serviços prestados, o que é possível extrair da Planilha de Ocorrências Funcionais apresentada pela Diretoria de Recursos Humanos, assim como pelos documentos apresentados, em atendimento ao art. 3º da Resolução nº 05/2015-CSMP. Segundo o Relatório de Fase Instrutória Complementar, elaborado pela Corregedoria-Geral, a candidata, no período de 08/05/2018 a 08/05/2019, movimentou o quantitativo de 1231 (mil duzentos e trinta e um) processos, assim como restou registrado 54 (cinquenta e quatro) procedimentos extrajudiciais tramitados e no sistema de Controle Processual um total de 1195 processos recebidos e 1190 devolvidos com manifestação pela Promotora de Justiça, restando um residual de 05 processos em gabinete de 02/03/2019 a 02/09/2020. II - Número de vezes que já integrou lista de escolha Não há registro de que a candidata tenha figurado em listas pretéritas, conforme Relatório de Fase Instrutória Complementar, elaborado pela Corregedoria-Geral. III - Frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento Consta no sistema eletrônico de remoção e promoção relatório de Banco de horas da Escola Superior do Ministério Público quanto ao total de 16 (dezesesseis) horas de curso da candidata de 15/03/2019 a 18/08/2020. IV e V - Aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, que constem em sua ficha funcional e publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste em sua ficha funcional A candidata apresentou cópias de certificados de participação em diversos cursos, dentre alguns: a) "2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça - Diálogos Brasil - União Europeia - Perspectivas da Equidade de Gênero no Sistema de Justiça - Ministério Público"; b) "Programa Ministério Público Acadêmico - Minicurso Improbidade Administrativa" realizado pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe; c) "CEAD - Curso Controle de Convencionalidade" disponibilizado pelo Ministério Público de Sergipe, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do seu Centro de Educação a Distância (CEAD-MP/SE). Além destes, publicou nos livros: a) "Direito Penal Acadêmico - Parte Geral" organizado por Rafael de Castro Alves Medina; b) "Curso de Direito Penal 2 - Parte Especial" da editora Juspodivm, coordenado por Paulo Queiroz; c) "Prescrição Penal - Temas Atuais e Controvertidos - Doutrina e Jurisprudência - Volume 3" da editora Livraria do Advogado; d) "Leituras Complementares de Execução Penal" da Editora Juspodivm, organizado por Rogério Sanches Cunha. VI - Apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios Segundo informação prestada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, a candidata enviou todos os relatórios obrigatórios que tenham pertinência com a sua atuação funcional. Isto posto, considerando os fundamentos expostos acima, VOTO pela inclusão da Promotora de Justiça Aldeleine Melhor Barbosa na lista de remoção, por merecimento, para a Promotoria de Justiça de Riachuelo. 5) Conselheiro "Eduardo Barreto d'Ávila Fontes": A candidata é Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Frei Paulo, exercendo, a partir de 17/07/2019, suas funções perante a referida Unidade Ministerial, consoante

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

revela o Relatório elaborado pela Corregedoria-Geral. Registramos que a referida candidata formulou tempestivo requerimento, objetivando a mobilidade horizontal, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça de Riachuelo, oportunidade em que declara a regularidade das suas atividades funcionais, que não dera causa, injustificadamente, a adiamento de audiências no período de 06 (seis) meses anterior a este pleito, que não sofrera pena disciplinar no período de 01 (um) ano anterior à elaboração da lista, atendendo, assim, aos balizamentos legais contidos no Edital nº 27/2020, bem como nas normas inscritas nos artigos 67, § 3º, da Lei Complementar nº 02/90, no artigo 44 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e na Resolução nº 05/2011. Ainda em sede de exame de habilitação da candidata, cumpre realçar que esta figura na 12ª posição (2º quinto) do quadro de antiguidade da entrância inicial. Assim, encontra-se a Promotora de Justiça Postulante HABILITADA a participar do aduzido certame interno, em consonância com os preceitos legais insculpidos nos artigos 66, § 4º, e 68, da Lei Complementar nº 02/90, e nos artigos 38, 44 e 51, todos do Regimento Interno do Conselho Superior, situação inclusive reconhecida no Relatório Conclusivo inserto no procedimento administrativo. Enfrentada a etapa de investigação da admissibilidade da pretensão de mobilidade funcional, impõe-se promover a avaliação da atuação funcional individualizada da candidata, com arrimo nos critérios legais objetivos gizados no artigo 76 da Lei Complementar nº 02/90, no artigo 47 do multicitado Regimento Interno e na Resolução nº 05/2011 do Conselho Superior do Ministério Público, que modelam essa espécie de provimento derivado. Destarte, analisaremos o preenchimento dos requisitos objetivos para remoção dispostos no art. 1º, da Resolução nº 05/2011-CSMP. I- Desempenho, produtividade e presteza nas manifestações processuais e atividades extrajudiciais devidamente comprovados: Consoante informado no Relatório da Corregedoria Geral do Ministério Público, a Promotora de Justiça, ora candidata à vaga da Promotoria de Justiça de Riachuelo, ingressou na carreira do Ministério Público do Estado de Sergipe em 16 de novembro de 2010, tendo se titularizado em 28 de abril de 2015, na Promotoria de Justiça de Arauá. Ressaltamos que a Postulante oficiou, em caráter de substituição, em várias Unidades Ministeriais, como atesta a Planilha de Ocorrências Funcionais. Dos documentos acostados aos autos pela candidata, em atendimento ao art. 3º da Resolução nº 05/2015-CSMP, extraem-se peças processuais, a exemplo de Ações Cíveis Públicas, notadamente na seara da probidade administrativa e saúde e Correição Parcial. Outrossim, também colacionou Termos de Recomendação, somado a manifestações extrajudiciais e judiciais que denotam a dedicação e presteza com que a Promotora de Justiça vem desempenhando o seu labor, notadamente na defesa de direitos difusos e coletivos. Com efeito, cumpre observar que a referida candidata movimentou, no período de 02 de março de 2019 a 02 de setembro de 2020, o quantitativo de 1231 (mil, duzentos e trinta e um) processos, bem como realizou o total de 332 (trezentos e trinta e dois) trâmites em procedimentos extrajudiciais, segundo testifica o Relatório da Fase Instrutória, elaborado pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, encartado nos autos procedimentais. É dizer, a Requerente vem apresentando reconhecida dedicação, presteza e operosidade no exercício do cargo, cuja atuação proativa pode ser constatada, ante o exercício de suas atribuições junto à Promotoria de Justiça que titulariza e nas Unidades Ministeriais para quais foi designada. II- Número de vezes que já integrou lista de escolha: Analisando o in folio, com destaque para o contido no Relatório Conclusivo do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, temos que o candidato não figurou em lista pretérita de processo de Remoção por Merecimento, após a última movimentação na carreira. III- Frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento: Segundo relatório do

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da Escola Superior do Ministério Público, a candidata participou, no período de 15.03.2019 a 18.08.2020, de cursos de aperfeiçoamento organizados pela Escola Superior, com um total de 16 (dezesesseis) horas acumuladas. IV- Aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, que constem em sua ficha funcional: A candidata não colacionou ao presente procedimento cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, mas participou de diversos Congressos Regionais e Nacionais de interesse do Ministério Público. Examinando-se a documentação encartada ao procedimento administrativo em exame, constata-se que a candidata participou de vários eventos de interesse institucional, a exemplo, do "Curso de Controle de Convencionalidade", "2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça - Diálogos Brasil e União Europeia", "Minicurso de Improbidade Administrativa", "Ciclo de Atualização em Leis Penais Especiais" e "IV Fórum Estadual de Juízes da Infância e da Juventude", dentre outros. V- Publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste em sua ficha funcional: A candidata colacionou a publicação de artigos jurídicos nas seguintes obras de autoria coletiva: "Direito Penal Acadêmico", "Curso de Direito Penal" e "Leituras Complementares de Execução Penal", ambas publicadas pela Editora Jus Podivm, além da obra "Prescrição e Decadência: Temas Atuais e Controvertidos", publicada pela Livraria do Advogado. Destaca-se, ainda, a obtenção de conceito ÓTIMO, na Correição efetuada pela Corregedoria Geral do Ministério Público, em 19/02/2019, na Promotoria de Justiça de Carmópolis, assim como de MENÇÃO ELOGIOSA, recebida na data de 20/06/2016, por sua atuação na mesma Unidade Ministerial. VI- Apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios: Conforme se vislumbra no Relatório apresentado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, a Requerente enviou todos os relatórios obrigatórios que tenham pertinência com a respectiva atuação. Ultrapassado este ponto, impende salientarmos que a Requerente preenche os requisitos estabelecidos no art. 2º da Resolução nº 05/2011, na medida em que contribui para o aperfeiçoamento dos Órgãos Ministeriais, da legislação, organização e administração do Ministério Público, bem assim cumpre as metas estabelecidas em Planejamento Estratégico, com dedicação e proatividade no exercício do cargo. Por essas razões, a Postulante se apresenta legalmente credenciada à almejada Remoção por Merecimento, motivo pelo qual VOTO nesta candidata para integrar a lista, por merecimento, à vaga da Promotoria de Justiça de Riachuelo. Encerrada a votação, e atendendo-se ao mandamento legal do artigo 1º da Resolução nº 04/2019-CSMP foi escolhida pelo Conselho Superior, por unanimidade, a Promotora de Justiça Doutora Aldeleine Melhor Barbosa para ser removida, pelo critério de merecimento, para preenchimento da vaga alusiva ao Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Riachuelo. Assim, foi determinado pelo Presidente do Conselho Superior do Ministério Público que fosse lavrado o ato de remoção. 2.2 APRECIÇÃO do pedido de REMOÇÃO, pelo critério de ANTIGUIDADE, da vaga alusiva ao cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Carmópolis, de Entrância Inicial, objeto do Edital 28/2020, firmado pelos Promotores de Justiça: Amilton Neves Brito Filho (22) e Márcia Jaqueline Oliveira Santana (24)*. *Número de Ordem na Lista de Antiguidade. Iniciada a apreciação do requerimento, o Corregedor-Geral, em substituição, Doutor Josenias França do Nascimento, fez a leitura do relatório acerca das atividades desenvolvidas pelo candidato Doutor Amilton Neves Brito Filho, que figura na 22 colocação da Lista de Antiguidade dos Promotores de Justiça, Entrância Inicial, e ressaltou que o mesmo preenchia todos os requisitos

MINISTÉRIO PÚBLICO
Diário Oficial Eletrônico – DOFe
ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 1154 de 09 de outubro de 2020

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

legais exigidos para o deferimento do pedido de promoção, fato também confirmado pelos demais Membros do Conselho Superior, razão pelo qual, em conformidade com o previsto no artigo 69, da Lei Complementar nº 02/90, nos artigos 53 e 54, do Regimento Interno do CSMP, bem como na Resolução nº 03/2016, foi o candidato removido para a Promotoria de Justiça de Carmópolis, sendo determinado pelo Presidente do Conselho Superior do Ministério Público que fosse lavrado o respectivo ato de remoção. Como nada a mais houvesse a tratar, Sua Excelência, o Presidente do Conselho Superior, declarou encerrada a Sessão. Eu, Maria Helena Moreira Sanches Lisboa, Secretária do CSMP, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.